

serviço social levou à ausência desse tema nas pesquisas educacionais e nos cursos de pedagogia.

O último capítulo, "Política para a Educação Infantil: uma abordagem histórica", tomou emprestado das análises históricas anteriores, elementos para uma reflexão contundente da história recente da educação infantil e para a discussão das políticas atuais em nosso país.

O autor, nos últimos anos, vem aprofundando estudos e a interpretação histórica de que creches e pré-escolas *assistencialistas* foram concebidas e difundidas como instituições educacionais. Assim, não se trataria agora tão-somente de deixarem o espaço da assistência para se inaugurarem no campo da educação: "não são as instituições que não têm caráter educacional e sim os órgãos públicos da educação, os cursos de pedagogia e as pesquisas educacionais que não se ocuparam delas por um longo período" (p.202). Segundo Moysés, o que valida essa interpretação (por etapas) é a inconsistência analítica de fontes documentais ou mesmo o seu desconhecimento. Estaríamos marcados por uma certa pressa em responder às questões do presente e pela falta de atenção com que nos falamos os documentos históricos.

Esclarece o autor que o avanço na melhoria das práticas de cuidado e educação nas instituições infantis não é algo que se dê apenas por uma suposta superação do passado *assistencial* para o presente *educacional*: "mais do que uma polaridade entre campos homogêneos, a história da educação infantil nos mostra um processo contraditório em que a ambigüidade das propostas, desde sua origem e difusão, deixa vislumbrar as potencialidades existentes nas instituições educacionais para crianças pequenas. Mas também tem sido a história do predomínio da concepção educacional *assistencialista*, preconceituosa em relação à pobreza, descomprometida quanto à qualidade do atendimento" (p.202). Considera que se o reconhecimento de creches e pré-escolas como parte do sistema educacional é um passo importante e necessário

na consolidação de direitos, não é suficiente para superação dos preconceitos sociais envolvidos na educação da criança pequena. Por outro lado, a persistência em se vincular creches aos órgãos da assistência pode ser um dos elementos sustentadores da concepção educacional *assistencialista*, caracterizada como "serviço pobre para pobres".

Alerta-nos para o perigo do falacioso argumento oficial ouvido dos órgãos educacionais federais deste final de século no Brasil em defesa de uma educação *assistencialista*: a "falta de recursos financeiros para a educação infantil". Assim se posiciona: "enquanto o governo prontamente se dispõe a sobretaxar a população brasileira para remunerar o capital especulativo internacional com juros exorbitantes, o investimento na educação é relegado à disputa pela redistribuição dos poucos recursos entre as diversas modalidades de ensino" (p.205). Pode-se então perguntar, como autor o faz: "porque para a educação não vale o argumento de que o país quebraria se não lhe fossem destinados recursos emergenciais a fim de superar a precariedade atual?" (p.206).

Valorizar e evidenciar os esforços populares na luta por creches/pré-escolas, elevar a escolaridade, a qualificação e as aspirações dos educadores e melhorar a qualidade das instituições infantis, superando políticas, práticas e argumentos discriminatórios na educação das crianças pequenas são alguns dos apontamentos da perspectiva histórica trazida pela obra.

O texto é um chamamento à leitura. As suas idéias e interpretações são um convite à reflexão, instigando novas pesquisas e temas de investigação. Contribuição ousada e valiosa para o enfrentamento dos desafios históricos da igualdade e da democratização de oportunidades na educação, que hoje se inicia de forma cada vez mais ampliada para as crianças nas idades mais precoces e as integra aos sistemas educacionais.

Lívia Maria Fraga Vieira

Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

HORIZONTES PLURAIS. NOVOS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL

Cristina Bruschini, Heloísa Buarque de Hollanda (orgs.)

São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 1998. 413 p.

Resultante das pesquisas vencedoras do VII Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero realizado pela Fundação Carlos Chagas, esta coletânea plural, não apenas em relação aos temas tratados bem como às disciplinas que os abordam, requer também um leitor plural. Heterodoxo, melhor dizendo. Aberto às novidades e às dádivas. A minha leitura dos treze artigos que a compõem procurou a informação daquilo que está sendo pesquisado, do que há de novo nas metodologias, sem todavia deixar de cobrar a presença das múltiplas perspectivas e amplas paisagens abertas pelo seu título.

Os três primeiros artigos discutem de maneira diversa algumas facetas do fenômeno da vitimização, seja ele operado pela sociedade ou pelas próprias mulheres.

Aparecida Fonseca de Moraes traz uma nova perspectiva sobre a questão da prostituição infanto-juvenil pela resignificação da adolescência feminina pobre identificada oficialmente como presa fácil para a prostituição. Em "Prostituição, trocas e convites sexuais na adolescência feminina pobre", demonstra que categorias como exploração e abuso sexuais, usadas pelos discursos da mídia e das instituições que desenvolvem serviços de atendimento direto aos meninos de rua, não dão realmente conta da vivência das adolescentes hoje categorizadas como meninas. Segundo a autora, há uma estreita conexão entre o surgimento dessa categoria com a idéia de vitimização e a representação instituída da adolescência feminina pobre e abandonada não incorpora a ordem de prazer e liberdade tão instauradora do modo de vida da juventude. O artigo retrata a trajetória da chamada questão do menor como preocupação nacional nos anos oitenta e noventa, evoluindo de uma genérica responsabilização das famílias pobres na produção de menores delinquentes, para

um dever constitucional que cabe também ao Estado de proteção aos meninos de rua, jovens exterminados e meninas que sofreram abuso sexual, realizado hoje pela municipalização dos serviços para a infância e adolescência. O campo desenvolvido em três cidades do Rio de Janeiro permitiu caracterizar o grupo de adolescentes entrevistadas por uma experiência comum qualificada de convites sexuais feito por homens mais velhos envolvendo trocas materiais ou monetárias, expressando a rejeição dos sistemas de acusação e estigmatização como prostitutas, recusando uma identidade deteriorada. Mesmo com a consciência de que estão trocando sexo por mercadoria, e portanto se prostituindo, as jovens revelam uma estratégia de defesa ao manipular e rejeitar os sistemas classificatórios vitimizantes e ao reconstruir para si uma posição de sujeito.

Em "Violência conjugal e o recurso feminino à polícia", Elaine Reis Brandão coloca em nova perspectiva a solicitação feminina feita para interromper os trâmites legais desencadeados com a denúncia policial, abordando a lógica cultural que preside a *suspensão* da queixa policial no âmbito de uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher — DEAM — do Estado do Rio de Janeiro. A autora ilumina tanto o contexto institucional que a engendra, focalizando o atendimento policial às vítimas, bem como o universo sociocultural compartilhado pela maioria das mulheres que acionam a DEAM. Trata-se de uma fina análise da utilização do recurso policial pelas mulheres para gerenciar a crise conjugal e familiar que subjaz à ameaça ou à agressão física denunciadas. A denúncia do parceiro à polícia, longe de significar um desejo de punição judicial, visa muito mais promover o reajustamento do parceiro inadequado à expectativa social predominante nas camadas populares. Mais ainda, o recurso à DEAM é valorizado fundamentalmente em sua dimensão simbólica. Para a autora, a *suspensão* da queixa parece constituir um elemento de negociação que as vítimas usam contra os acusados, passando a ter o futuro do companheiro entre as mãos, gerenciando assim a crise conjugal

paralelamente à ação policial. Essas mulheres propõem um modelo peculiar de cidadã que luta pelos seus direitos, diferentemente porém do figurino esperado daquela que exige o cumprimento da justiça.

"Aids: trajetórias afetivo-sexuais das mulheres", de Regina Célia Pereira Campos, analisa dezessete histórias de vida de mulheres entre 22 e 51 anos, de Belo Horizonte, parceiras de indivíduos soropositivos, onze delas também soropositivas. Além dos discursos tradicionais de Freud e Lacan sobre a sexualidade feminina, a autora apóia-se na visão da psicanalista argentina contemporânea Emilce Dio Bleichmar, que revê criticamente o uso da biologia, à luz da teoria do gênero, na formação da identidade da mulher. Ao estudar as reações das mulheres quando se defrontam com a soropositividade do parceiro, a autora observa uma resignificação da relação conjugal, mantendo ou não a mesma, com ou sem vínculo afetivo ou sexual.

Flávia Rieth reflete sobre o amor, ou melhor, sobre os sujeitos amorosos. O processo de individuação desses sujeitos, todos eles estudantes do 2º grau de uma escola técnica de Pelotas (RS), é um percurso revelado em "Ficar e namorar", dois códigos diferentes e paradoxalmente complementares. O "ficar" expressa a intensidade do encontro e do encantamento com o outro, e nem sempre envolve uma relação sexual consumada. Se consumada, o seu significado não envolve compromisso. O namoro é uma relação profunda de corpo e alma, envolve intensidade do vínculo afetivo e fidelidade. Ao contrário do ficar, exige exclusividade. Esses dois códigos são ambos marcados pelo gênero. Rapazes e moças não se seduzem reciprocamente pelas mesmas razões nem se enamoram da mesma maneira. Ambos entretanto procuram sempre a pessoa ideal com a qual terão um relacionamento especial.

Em "A mulher juíza e a juíza mulher", Eliane Botelho Junqueira tenta responder a várias perguntas, entre outras se a alteração na composição social da magistratura, na qual, segundo ela, haveria um fenômeno

de feminização, tem alguma influência na interpretação das leis, já que o mesmo ensino forma tanto juízes quanto juízas. Suas entrevistas com dez juízas e alguns atores jurídicos trazem um material muito rico e interessante cujas contradições não foram, a meu ver, suficientemente exploradas. Há de um lado citações de entrevistas sem identificação nenhuma (idade, casadas ou não, número de filhos, tempo de magistratura etc.) que não permitem comparações, o que é uma pena. Além disto, a insistência da autora em essencializar a mulher e em trabalhar com um ator social tipo-ideal, a juíza, prejudica a sua análise e deixa perguntas no ar. Será que outras profissionais ocupando altos cargos com poder decisório e socialmente prestigiados, como executivas de bancos, de multinacionais etc., não têm as mesmas reações diante de seus colegas homens? Quais são os mecanismos acionados pelas juízas que demonstram sentimentos tão intransigentes em relação às mulheres que não trabalham?

Cristiane Lasmair descreve as mudanças por que vêm passando os índios tukanos e particularmente as "Mulheres tukanos e a urbanização no Alto Rio Negro". A sua descrição da estrutura social dos índios tukanos é suficiente para que entendamos a importância simbólica da regra de residência virilocal, a importância da estrutura espacial da maloca, e a valorização social e cultural do grupo de parentesco por consanguinidade masculina. Compreendemos assim a influência da urbanização, não apenas sobre a cultura tukano como sobre as relações de gênero: como se dá a mudança da maloca para a casa habitada por uma família nuclear, as mudanças na divisão sexual do trabalho, a necessidade de o casal ter uma renda familiar regular, a influência da televisão, as relações conflituais das mulheres indígenas com os homens brancos etc.? Entretanto, apesar de se verem cada vez mais envolvidas com a nova realidade, as mulheres tukanos oferecem uma resistência às mudanças em certas esferas de suas vidas, como a culinária e as práticas e representações ligadas ao parto. O que leva a novas perguntas

sobre a construção das identidades de gênero emergentes.

Com "Relações de gênero na agricultura familiar no perímetro irrigado de São Gonçalo", Auri Donato da Costa Cunha nos dá a dimensão das alterações ocorridas nessa região após a desapropriação de terras (1972) para a instalação de um projeto de irrigação, com construção de agrovilas, desenvolvimento de fruticultura e cooperativas. A autora morou no local por seis meses, entrevistou cem famílias e pôde observar a divisão sexual do trabalho e a redefinição das identidades no seio dos grupos domésticos, tanto na morada como no lote e no mercado. A tecnologia, o gerenciamento, a qualificação da mão-de-obra são os requisitos dessa nova agricultura familiar orientada para o mercado, o que deixa claro que as mulheres que se especializam têm papel relevante na produção familiar, o que raramente significa reversão dos padrões culturais de comportamento vigentes que oprimem as mulheres.

"A mulher, o masoquismo e a feminilidade" traz a leitura instigante de Sílvia Alexim Nunes a propósito da articulação da noção de *feminilidade* em Freud. Vista inicialmente por ele como estreitamente vinculada ao corpo feminino, ela tornar-se-á uma característica comum a homens e mulheres, e sua aceitação equivale à aceitação da castração. Ao dissociar mulher e feminilidade, Freud teria promovido o rompimento com o pensamento ocidental moderno sobre a diferença sexual, levando a uma revisão da concepção do masoquismo até então tido como inerente à natureza feminina. Assim, a partir de Freud, o masoquismo feminino seria apenas uma possibilidade aberta ao sujeito para lidar com o desemprego e com a sua feminilidade primordial. A seguir, a autora nos propõe uma releitura de *Madame Bovary* e de *Casa de Bonecas* para vermos de que maneira mulheres aceitaram ou não "o jogo mortífero da sujeição" e encontram diferentes destinos para a sua *feminilidade*.

Em "Dancings e cabarés: trabalho e disciplina na noite carioca (1937-1950)", Lená Medeiros de Menezes propõe a reconstrução histórica da definição de fronteiras entre profissões lícitas e ilícitas no mercado feminino de trabalho pela política trabalhista do Estado Novo. Inspirada em trabalhos do historiador Jacques Le Goff, que analisou o processo de incorporação de novas profissões ao espaço das atividades lícitas, por ocasião da formação do *ethos* burguês, e interessada em mostrar as inter-relações trabalho, lazer e prazer no Estado Novo, a autora analisou a atuação da Delegacia de Diversão e Costumes entre os anos de 1937 e 1950, pesquisando 1073 fichas de registro profissional de dançarinas e bailarinas. Esse material permite quantificações: as estrangeiras, as brasileiras, suas idades, quanto tempo permaneciam trabalhando, suas doenças etc. Provenientes das classes populares, do interior, geralmente empregadas domésticas, procuravam, segundo a autora, melhoria das condições de sobrevivência, e até hoje, ao se recusarem a dar entrevistas, guardam as marcas das discriminações.

Os quatro últimos artigos da coletânea referem-se à questão da Educação, área disciplinar prioritária do VII Concurso.

Em oposição ao *gênero alegre* da noite carioca, referido porém ao mesmo período histórico, "Sexualidade e docência feminina no ensino primário do Rio de Janeiro (1930-1940)", de Diana Gonçalves Vidal, nos leva ao mundo da escola considerada o alvo de maior investimento das elites para incorporar as populações à nova ordem social e econômica. Concomitantemente à repressão da polícia contra os cafetins e cafetinas, verificou-se a expansão da distribuição geográfica das escolas e a extensão de sua influência na sociedade. Foi justamente em 1932 que o preparo docente para atuar no ensino primário foi elevado ao nível superior. A autora entrevistou antigas alunas do curso de formação para o magistério egressas entre o fim dos anos vinte e o início dos anos quarenta. Além

de traçar um perfil sociológico dessas professoras, a análise das entrevistas deixa muito claro o quanto ser trabalhadora nessa época era ser lançada aos limites entre o lícito e o ilícito. O prisma do gênero mostra o quanto comportamentos hoje considerados naturais e corriqueiros para as mulheres trabalhadoras foram penosamente construídos: circular no espaço público, lidar com a sexualidade infantil e adolescente ou ainda com os colegas masculinos.

"Entre o desencanto e a paixão: desafio para o magistério" traz a análise que Cláudia Vianna faz de treze relatos de professoras e professores de escolas públicas de ensino fundamental e médio na cidade de São Paulo para descrever a sua condição de docentes. O desencanto é relacionado com as agruras do magistério: críticas ao poder público, à baixa remuneração, sentimentos de angústia e de humilhação. A paixão, por sua vez, está no gosto de dar aula, no prazer de ensinar, no afeto pelos alunos. Os relatos confirmam pesquisas anteriores: professores homens e professoras mulheres expressam os mesmos sentimentos e têm representações similares sobre a função do magistério. Entretanto, teima permanecer um senso comum estereotipado de que as mulheres são naturalmente destinadas a cuidar/lidar melhor com as crianças.

Incursão profícua é a pesquisa de Marisa Vorraber Costa e Rosa Maria Hessel Silveira sobre a ação da mídia no campo da educação, analisando 63 fascículos da revista *Nova Escola*, com circulação nacional, publicada pela Fundação Victor Civita de São Paulo. Baseadas em noções foucaultianas de poder, de "técnicas de si" e de "governamentalidade", as autoras recensaram os enunciados que aparecem com regularidade na revista. As representações encontradas referem-se também a pesquisas anteriores sobre a imprensa destinada a um público feminino. Para quem leu o artigo anterior, é exemplar a demonstração de como a mídia cria e mantém um senso comum relativo à suposta harmonia entre a *afetividade feminina* e o caráter da docência. O estilo dos enunciados, em forma

de receituário, verbos no imperativo, convidando/intimando a professora a fazer isto e aquilo para ser uma boa professora, revela, juntamente com as fotos e as legendas dessas, ecos e reforços nas representações predominantes da nossa cultura quanto à expressão da afetividade dita feminina.

Em "Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico", Marília Pinto de Carvalho faz uma crítica densa de uma das correntes do feminismo, conhecida como *feminismo da diferença*, desenvolvida nos Estados Unidos, particularmente quanto à sua cota de responsabilidade na difusão de uma feminilidade única, homogênea e pressuposta em todas as mulheres, e portanto no reforço de um eterno e imutável feminino. Ao revisitar obras conhecidas de Nancy Chodorow, Carol Gilligan, Nel Noddings, Rosiska Darcy de Oliveira e Sherry Ortner, a autora indica os problemas trazidos pela dicotomia dos conceitos, pela visão idílica da vida privada e da domesticidade e por uma polaridade entre homens e mulheres universal e aistórica. Nisso revela-se adepta de "uma desnaturalização e historicização radicais de nossa concepção de ser humano, incluindo o que tange à sexualidade, ao corpo, à biologia, à reprodução e à maternidade [que] permitem a percepção de variações históricas e culturais... no próprio significado atribuído ao fato de ser homem ou mulher". Voltando-se para a questão da docência e da sua decantada feminização, a autora indica um processo de deslocamento de significados; o problema é que à docência são atribuídos conteúdos de gênero, seja ela exercida por homens ou por mulheres. Mais do que fechar essa coletânea com reflexões teóricas consistentes, o artigo é um convite aberto para outras investigações, tanto no campo da educação como nos campos do trabalho, da sexualidade etc.

O dom da *feminilidade* continua nos desafiando!

Danielle Ardaillon

Doutora em Sociologia pela USP

O CAMINHO DAS ÁGUAS: ESTEREÓTIPOS DE PERSONAGENS NEGRAS POR ESCRITORAS BRANCAS

Edith Silveira Pompeu Piza

São Paulo: Edusp, 1998. 216 p.

Livro baseado na tese de doutorado de Edith Piza, constitui-se em obra de referência para quem necessita estabelecer uma plataforma teórica capaz de assimilar as oscilações que ocorrem quando se procura lançar luzes sobre questões como o feminino e a criação artística.

A autora se preocupa em apresentar diversas abordagens teóricas como instrumentos disponíveis e, cada um, conforme seus princípios, pode se ajustar a este ou aquele conjunto de ferramentas para encaminhar seu pensamento e expressar suas idéias.

Outro ponto importante é a reflexão sobre o significado das personagens negras criadas pelas escritoras Odete de Barros Mott, Lucília Junqueira de Almeida Prado, Gíselda Laporta Nicoletis e Mirna Pinsky. No convívio com as escritoras, propiciado pela coleta de depoimentos, Edith foi percebendo que as personagens femininas negras, embora elaboradas de acordo com os estereótipos de mulher negra vigentes em nossa cultura patriarcal e branca, representavam também os anseios, desejos e até metas explicitadas nas falas das autoras pesquisadas. Assim, um corpo de mulher negra, pródigo em nutrir o filho e saciar o amante, ou sua sensualidade completamente declarada, despertando desejos e fantasias dos homens, ou sua liberdade sem fronteiras para o trânsito entre classes e papéis sociais, ou sua força de trabalho e autonomia foram aparecendo como transcendência ao estereótipo, concretizando-se em metáfora e, finalmente, em metamorfose simbólica das escritoras, na busca da plena identidade de criadoras.

DROGAS NA ESCOLA: ALTERNATIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

Julio Groppa Aquino (org.)

São Paulo: Summus, 1998. 166 p.

Dentro do cenário escolar contemporâneo a discussão sobre drogas é uma das questões mais cruciais. Trata-se, sem dúvida, de um dos problemas que mais afligem a sociedade contemporânea em escala mundial. Considerando o fato de que a clientela primordial da droga tem sido principalmente a juventude, é fácil entender porque a escola, um dos principais espaços concretos de convivência de jovens, é obrigada a confrontar essa nova realidade, que nos obriga a descobrir outras formas de "pensar" a droga, além dos aspectos que transcendem o caráter legal ou ilegal de seu consumo, como, por exemplo, os subprodutos do comércio de drogas, tais como o tráfico pesado, o envolvimento dos jovens tanto com o uso das drogas como com o tráfico, e, conseqüentemente, o envolvimento com as armas.

O livro propõe uma reflexão sobre esses novos dados, contextualizando o problema; seus dez ensaios abordam diferentes facetas do assunto e discutem desde medidas práticas e dados estatísticos, que retratam a dimensão do problema, até o seu significado mais amplo numa sociedade que estimula as drogas legalizadas (como álcool e estimulantes) e contribui, muitas vezes, para hábitos de consumo compulsivo. Não se limitando à análise, o texto busca também apontar saídas para enfrentar com serenidade responsável essa exigência da instituição escolar.

Drogas na escola é uma coletânea de artigos escritos por autores significativos dentro do universo escolar e psicológico atual como Lídia Rosemberg Aratany, Beatriz Carlini Cotrim, Álvaro Lorencini Júnior, Paulo Albertini, Auro Dany Lescher,